RAFAEL SETOGUTI JULIO PEREIRA

A extinção do acordo de acionistas

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Dra. Priscila Maria Pereira Corrêa da Fonseca

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2018

RAFAEL SETOGUTI JULIO PEREIRA

A extinção do acordo de acionistas

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração em Direito Comercial, sob a orientação da Professora Dra. Priscila Maria Pereira Corrêa da Fonseca.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Priscila M. P. Corrêa da Fonseca (orientadora)

Professor_____

Professor_____

Professor_____

“This is water. This is water.”

(David Foster Wallace – *This is water*)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Professora Priscila Maria Pereira Corrêa da Fonseca, pela confiança e pela oportunidade concedida. No programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, pude “beber direto da fonte” e aprender com as melhores mentes do direito comercial brasileiro.

Ficam aqui também meus agradecimentos aos membros da banca examinadora de qualificação, os Professores Marcelo Vieira von Adamek e Rodrigo Octávio Broglia Mendes, cujas críticas e ponderações foram essenciais para o direcionamento e o aprimoramento desta dissertação. Em especial ao primeiro, sou também grato por ter gentilmente se colocado à disposição para discutir os gargalos envolvendo o presente tema e por ter indicado o caminho das pedras na pesquisa e na coleta de material bibliográfico.

Sou grato também a Mariana Conti Craveiro, que prontamente me franqueou o acesso à sua biblioteca, além de ter compartilhado suas visões e opiniões no tema do acordo de acionistas, fundamentais para o amadurecimento desta dissertação.

Agradeço também aos colegas de Pós-Graduação da São Francisco, Henrique Barbosa, Leonardo Furtado, Eduardo Souza, Vitor Butruce, Jorge Cesa, Antônio Pedro Souza, Marco Aurelio Cunha, Bernardo Freitas, Júlia Corrêa, Mariana Martins-Costa e Virgínia Tavares, por mostrarem através da convivência semanal que o ambiente de pós-graduação não é feito apenas de circunspeção.

Por fim, agradeço imensamente aos meus pais, Flávio e Ruth, e sua inesgotável demonstração de carinho e amor. Também sou muitíssimo grato ao meu irmão, Guilherme, principal incentivador de minha carreira acadêmica e profissional, sempre mostrando o valor da perseverança e ensinando que o sentimento de gratificação é proporcional ao tamanho dos objetivos que você estabelece. Ainda, aos três também sou grato pelo inestimável auxílio com a fastidiosa e exauriente tarefa de revisão do trabalho. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

RESUMO

Rafael Setoguti Julio Pereira. *A extinção do acordo de acionistas*. 2018. 162p. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta dissertação propõe-se a examinar o funcionamento das principais causas que, fugindo ao cumprimento normal do acordo de acionistas, levam-no à extinção antecipada: a resolução por inadimplemento e a resilição. A partir da constatação de que a interpretação e a aplicação de institutos típicos do direito dos contratos – a resolução e a resilição – sofrem a interferência da lógica e dos preceitos do direito societário quando realizadas à luz da realidade do acordo de acionistas, este trabalho visa compreender em que medida isso ocorre. Para enfrentar essa questão, faz-se aqui uma abordagem sistemática e crítica do regramento e da lógica que informam, na origem, cada um desses institutos envolvidos: de um lado, o acordo de acionistas no direito societário e, de outro, a resolução e a resilição no direito dos contratos. Este trabalho assume por premissa a ideia de que o aprofundamento das regras de cada um desses ramos do direito permite responder, ou pelo menos sugerir soluções, aos diversos problemas decorrentes da prática do acordo de acionistas e sua extinção por resolução ou por resilição. Portanto, esta dissertação defende a necessidade de haver uma melhor compreensão dos objetivos e das preocupações presentes tanto no direito societário quanto no direito dos contratos, demonstrando, com base nisso, que nem sempre o direito societário precisa intervir na disciplina jurídica de institutos por ele importados, visto que, no caso específico da resolução e da resilição, o próprio direito dos contratos já oferece respostas satisfatórias para alguns dos problemas de ordem societária surgidos da extinção do acordo de acionistas.

Palavras-chave: Acordo de acionistas – Extinção – Resolução – Inadimplemento – Resilição – Denúncia.

ABSTRACT

Rafael Setoguti Julio Pereira. *The termination of the shareholders' agreement*. 2018. 162p. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The purpose of this dissertation is to exam the main causes that, deviating from the shareholders' agreement ordinary course of performance, lead to its early termination: the termination for breach and the termination for convenience. From the finding that the interpretation and application of typical institutes of the Contract Law – termination for breach and termination for convenience – when carried out in the light of the reality of the shareholders' agreement suffer the interference of the Corporate Law logic and rules, this work aims to understand to what extent such phenomenon occurs. With the purpose of addressing this issue, a systematic and critic approach is made herein of the rules and logic that apply to each one of such legal institutes in their respective original fields: on one side, the shareholders' agreement within the Corporate Law and, on the other, the termination for breach and termination for convenience in the Contract Law. This work assumes that a deep comprehension of the rules of each one of these fields of law allows to answer, or at least to make suggestions for, several problems arising from the practice of the shareholders' agreement and its termination caused by breach or by convenience. Thus, this dissertation argues that it is essential to have a better understanding of the objectives and concerns present both in the Corporate Law and in the Contract Law, supporting the view that not always the intervention of the Corporate Law is made necessary in the legal discipline of institutes imported from the Contract Law, given that, in the specific situation of the termination for breach or termination for convenience, the Contract Law already offers adequate answers for the problems of corporate nature which arises from the shareholders' agreement practice.

Keywords: Shareholders' agreement – Termination – Breach – Convenience – Unilateral right of termination.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. Objeto do trabalho e justificativa do tema.....	10
2. Delimitação do tema.....	15
3. Plano de estudo.....	18
CAPÍTULO I – O ACORDO DE ACIONISTAS	19
1.1. Conceituação necessária: acordo de acionistas e contratos parassociais.....	19
1.2. Características gerais do acordo de acionistas no direito brasileiro	21
1.3. Elementos do acordo de acionistas: parte, objeto e forma.....	24
1.4. Natureza parassocial.....	33
1.5. Natureza plurilateral	42
CAPÍTULO II – A EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	51
2.1. Noções gerais.....	51
2.2. Causas de extinção do contrato x Causas de extinção das obrigações	53
2.3. Causas de extinção do contrato x Causas de extinção da relação contratual.....	55
2.4. Resolução por inadimplemento	58
2.4.1. Noções gerais.....	58
2.4.2. Campo de aplicação.....	64
2.4.3. Inadimplemento absoluto como requisito da resolução.....	69
2.4.3.1. Impossibilidade da prestação	72
2.4.3.2. Perda de utilidade da prestação.....	76
2.4.3.3. Obrigações principais e acessórias e deveres laterais	78
2.5. Resilição	80
2.5.1. Noções gerais.....	80
2.5.2. Distrato	82
2.5.3. Denúncia.....	83
CAPÍTULO III – A EXTINÇÃO DO ACORDO DE ACIONISTAS	94
3.1. A peculiar extinção do acordo de acionistas.....	94
3.2. A resilição unilateral ou denúncia do acordo de acionistas	95
3.2.1. A resilição unilateral ou denúncia imotivada ou vazia	96
3.2.1.1. Acordo de acionistas submetido a condição resolutiva ou a termo (§6º do art. 118 da Lei das S/A).....	106
3.2.2. A resilição unilateral ou denúncia motivada ou cheia	112
3.2.3. A resilição unilateral ou denúncia extrajudicial.....	115
3.3. A resolução por inadimplemento do acordo de acionistas	122
3.3.1. O inadimplemento absoluto como requisito da resolução do acordo de acionistas: a opção entre execução específica e resolução	123
3.3.2. A cláusula resolutiva expressa.....	129
3.3.2.1. O inadimplemento de fácil e objetiva verificação	134
3.3.3. A resolução parcial subjetiva: heterodesvinculação ou autodesvinculação?.....	137
CONCLUSÃO	145

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
--	------------

INTRODUÇÃO

1. Objeto do trabalho e justificativa do tema

Este trabalho tem por objeto a análise da extinção do acordo de acionistas, com enfoque nas principais causas extraordinárias de extinção desse negócio jurídico, quais sejam, a resilição e a resolução.

Segundo ensina a tradição, todo negócio jurídico é temporário, na medida em que possui por finalidade a satisfação das obrigações assumidas pelas partes. Uma vez atingido esse propósito, chega-se ao fim da relação obrigacional. O adimplemento é, pois, a causa de extinção por excelência dos contratos.

Mas tal qual toda relação contratual, o acordo de acionistas também pode passar por eventos que interrompem seu curso normal e levam-no à dissolução¹. Esses fatores de extinção podem ser das mais diversas espécies e admitem inúmeras classificações, quer quanto à causa, ao fundamento e à disciplina jurídica, quer quanto a serem externos ou internos à relação jurídica, ou mesmo anteriores ou posteriores à celebração do negócio.

As hipóteses mais comuns de extinção do acordo de acionistas, além do adimplemento, envolvem o fim do prazo estipulado, a resolução por inadimplemento, a resilição (por distrato ou por denúncia), a morte de uma das partes, e a anulação (por vício de vontade, como o dolo ou o estado de perigo, ou por falta de capacidade da parte).

Esta dissertação se deterá especificamente sobre duas delas, que lhe fulminam a eficácia² e levam ao rompimento da relação contratual: a resolução e a resilição, previstas nos arts. 472 a 475 do Código Civil de 2002 (“Código Civil”).

¹ As expressões *dissolução*, *extinção*, *rompimento* ou *desfazimento* serão empregadas neste trabalho de maneira sinônima em referência ao fenômeno genérico de extinção dos contratos, tal como o faz a doutrina brasileira.

² *Eficácia* significa a aptidão do ato para produzir seus regulares efeitos e, ao contrário, *ineficácia* é a inidoneidade do ato para esse mesmo fim (cf. Priscila Maria Pereira Corrêa da Fonseca, **Suspensão de Deliberações Sociais**, São Paulo: Saraiva, 1986, p. 79).

Como é sabido, o acordo de acionistas constitui um instrumento de composição dos interesses dos sócios que buscam, por meio dele, criar regras que disciplinem a sua relação societária. Trata-se, portanto, de um contrato, mas um contrato parassocial, o que significa que seus efeitos são voltados à sociedade, ou a ela de alguma forma relacionados.

Como consequência, à medida que o acordo de acionistas se refere ao relacionamento entre sócios e/ou ao funcionamento e à organização da sociedade, incidem sobre ele não apenas preceitos e regras do direito comum (direito civil e direito dos contratos), mas também o regramento do direito societário.

É justamente essa dualidade de regimes jurídicos a que o acordo de acionistas se encontra sujeito que torna a aplicação da resolução e da rescisão problemática ou, quando menos, incerta.

Isso porque a rescisão e a resolução têm sua origem no direito dos contratos, que é dotado de uma lógica própria, inconfundível com a do direito societário. E ao serem convocadas para atuar no acordo de acionistas, elas acabam sofrendo a interferência do direito societário, cuja natureza *cogente*³⁻⁴ contrasta com a ampla autonomia contratual que a teoria geral dos contratos tradicionalmente confere aos particulares.

Nesse passo, verifica-se que a rescisão e a resolução, quando interpretadas e

³ É o que, dentre muitos, observa Otávio Yazbek: “À medida que aqueles acordos eminentemente privados passam a produzir efeitos internos, começam sobre eles a incidir, de forma mais ou menos direta, conforme o caso, *regras mais típicas do direito societário*”, e, assim, “a relação entre o campo do direito civil e o do direito societário (com as regras mais *cogentes* que para este último vigoram) se torna cada vez mais complexa” (“A Vinculação dos Administradores das Sociedades aos Acordos de Acionistas – Exercício de Interpretação do §8º do Art. 118 da Lei n. 6.404/1976”, in **Revista de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários**, São Paulo: Almedina, nº 1, 2015, p. 20 e 21).

⁴ Essa natureza cogente, que supõe a predominância do interesse coletivo em detrimento da satisfação do interesse individual, também se vê no direito falimentar. É o que explica Francisco Satiro de Souza Junior sobre a *ratio* da execução coletiva ou concursal, da qual é exemplo o processo de falência: “O reconhecimento de que o devedor não terá recursos para solver todos os seus débitos levaria invariavelmente a uma ‘corrida’ dos credores na tentativa de satisfazer seus créditos, o que não é desejável por vários aspectos. Inicialmente, uma desordenada busca por satisfação individual tenderia a destruir o estabelecimento do empresário, com a perda do seu valor agravada pelos altíssimos custos de transação decorrentes do aspecto conflituoso da situação, o que por certo prejudicaria não só o devedor, mas principalmente o interesse dos próprios credores, na medida em que diminuiria o valor do patrimônio garantidor de seus créditos. *É preciso assegurar que o interesse individual de um credor não venha a prejudicar os interesses da coletividade*” (**Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência – Lei 11.101/2005**, Francisco Satiro de Souza Junior; e Antônio Sérgio A. de Moraes Pitombo (coord.), 2ª ed., São Paulo: RT, 2007, p. 358).

aplicadas à luz do acordo de acionistas, não se mostram indiferentes aos ditames do direito societário. Pelo contrário, são moldadas e ganham contornos específicos, por força da lógica da relação societária e dos princípios do direito societário, os quais alteram o seu funcionamento, ora limitando, ora expandindo os efeitos prescritos originalmente pelo direito dos contratos.⁵

Por exemplo, o interesse social e os deveres e padrões de conduta impostos aos sócios representam alguns dos elementos que inexistem na teoria geral dos contratos, mas que desempenham papel fundamental no direito societário. Por um lado, o interesse social restringe a eficácia dessas causas extintivas: o direito do indivíduo nem sempre pode prevalecer sobre o interesse coletivo. Mas, por outro, essa eficácia é ampliada na medida em que a violação desses deveres e padrões de conduta serve de fundamento para a extinção do acordo por resolução.

E não é somente a parassocialidade do acordo que exerce influência sobre a resolução e a rescisão. Há outras características presentes no acordo de acionistas (plurilateralidade, execução continuada etc.) das quais decorrem efeitos específicos para a resolução e a rescisão que igualmente necessitam ser compreendidos.

O ponto central deste trabalho reside, portanto, em entender em que medida o direito societário e as características do acordo de acionistas interferem e modulam o funcionamento e os efeitos da rescisão e da resolução, bem como em discutir e propor respostas ou sugestões aos problemas concretos surgidos desse quadro.

Não são poucos os pontos de discussão que poderão ser explorados no presente estudo, prova, aliás, de que se trata de um tema instigante, com ampla repercussão prática.

Vale, pois, trazer um exemplo que demonstra sua complexidade.

⁵ O fato de haver uma relação societária subjacente ao acordo de acionistas não pode ser desprezado pelo intérprete do direito, ensina Fábio Konder Comparato. Há que se fazer necessariamente uma distinção na disciplina jurídica a ser conferida a um negócio jurídico não societário e, por outro lado, um societário (cf. “Restrições à Circulação de Ações em Companhia Fechada: *Nova Et Vetera*”, in **Novos Ensaios e Pareceres de Direito Empresarial**, 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 44 e 45).

Vigora no direito dos contratos a ideia de que ninguém pode ser compelido a permanecer vinculado perpetuamente a uma relação jurídica de tempo⁶ indeterminado. Em prol da preservação da liberdade individual das partes, a lei civil então assegura a qualquer uma delas o direito de declarar extinta a relação jurídica sem justo motivo, salvo disposição legal ou contratual em contrário. Trata-se do instituto da rescisão unilateral ou denúncia.

À luz do direito societário, todavia, esse preceito acaba merecendo temperamentos. Isso porque, conforme advoga certa doutrina,⁷ sob o prisma do direito societário a liberdade individual de cada contratante deve ceder passagem ao *interesse social* ou, quando menos, à *vontade da maioria*. Deixar que um indivíduo imponha sua vontade, de modo unilateral e arbitrário, aos demais no acordo de acionistas implicaria justamente a quebra desse equilíbrio e redundaria na aniquilação da própria finalidade do negócio. A avença, segundo essa corrente teórica, se veria reduzida a um inútil instrumento sempre que um dos convenientes, arrependido do que ele próprio pactuou com os demais, pudesse retirar-se da relação e agir a seu bel prazer.⁸

É com apoio em tais argumentos que a referida doutrina se posiciona no sentido de proibir o exercício da rescisão unilateral nos acordos de acionistas por tempo indeterminado.

Nada mais diferente do que sucede no direito dos contratos. Aqui grassa a ideia de

⁶ Cf. Priscila Maria Pereira Corrêa da Fonseca, **Código Civil Comentado XI Direito de Empresa (artigos 887/926 e 966/1195)**, em coautoria com Rachel Sztajn, 1ª ed., São Paulo: Atlas, 2008, p. 349.

⁷ V., em ordem cronológica, Carlos Celso Orcesi da Costa, “Da Rescisão Imotivada de Acordo de Acionistas por Prazo Indeterminado”, in **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo: Malheiros, n. 60, 1985; Darcy Bessone, “Contrato – Formação – Obrigatoriedade – Oponibilidade a Terceiros – Liberdade de Contratar – Acordo de Acionistas – Eficácia – Posição da Companhia – Arquivamento – Sigilo – Prazo”, in **Revista Forense**, Rio de Janeiro: Forense, v. 300, outubro-novembro-dezembro, 1987; Arnaldo Wald, “Do Descabimento de Denúncia Unilateral de Pacto Parassocial que Estrutura o Grupo Societário”, in **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo: RT, n. 81, janeiro-março, 1991; Alfredo Lamy Filho, “Denúncia Unilateral de Acordo por Prazo Indeterminado”, in **A Lei das S.A.: Pressupostos, Elaboração, Aplicação**, em coautoria com José Luiz Bulhões Pedreira, vol. II, 2ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 1996; e Maria Isabel de Almeida Alvarenga, “Impossibilidade de Rescisão Unilateral de Acordo de Acionistas por Prazo Indeterminado – Comentário ao Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação Cível n. 211.924.1/4”, in **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo: Malheiros, n. 108, outubro-dezembro, 1997.

⁸ A crítica contundente parte de Carlos Celso Orcesi da Costa, “Da Rescisão...”, p. 42.

que a denúncia é modo de extinção por excelência dos contratos celebrados por tempo indeterminado, e que seu fundamento é o de atender “às necessidades da livre atividade dos homens”.⁹

Inquietações dogmáticas semelhantes afligem também a resolução do acordo de acionistas: é permitido o uso da cláusula resolutiva expressa (art. 474 do Código Civil) no acordo de acionistas, considerando a eficácia extrajudicial daquela e a segurança jurídica desse último? Os critérios que devem ser preenchidos para autorizar a resolução do acordo de acionistas (bilateralidade prestacional, inadimplemento absoluto e grave etc.) aplicam-se da mesma forma que nos contratos comuns?

A propósito, é preciso reconhecer que a ideia de investigar a resolução e a rescisão no âmbito do acordo de acionistas não é propriamente nova. Ao se debruçar sobre a literatura jurídica já produzida sobre o tema, encontrou-se uma quantidade nada desprezível de estudos dedicados ao assunto.¹⁰

⁹ Cf. Pontes de Miranda, **Tratado de Direito Privado**, t. XXV, 3ª ed., Rio de Janeiro: Borsoi, 1971, p. 294.

¹⁰ O foco dos trabalhos, no entanto, deu-se principalmente sobre a rescisão unilateral. V., além daqueles anteriormente citados na nota de rodapé nº 7, em ordem cronológica, Celso Barbi Filho, “Acordo de Acionistas: Panorama Atual do Instituto no Direito Brasileiro e Propostas para a Reforma de sua Disciplina Legal”, in **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, n. 121, janeiro-março, 2001; Paulo Cezar Aragão, “A Disciplina do Acordo de Acionistas na Reforma da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 10.303, de 2001)”, in **Reforma da Lei das Sociedades Anônimas: Inovações e Questões Controvertidas da Lei nº 10.303, de 31.10.2001**, Jorge Lobo (coord.), Rio de Janeiro: Forense, 2002; Evelyn Balassiano, “Acordo de Acionistas: Possibilidade de Rescisão Unilateral e suas Restrições”, in **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro: Padma, ano 8, vol. 30, abril a junho, 2007; Modesto Carvalhosa, **Acordo de Acionistas: Homenagem a Celso Barbi Filho**, São Paulo: Saraiva, 2011; Nelson Eizirik, **A Lei das S/A Comentada**, vol. II, 2ª ed., São Paulo: Quartier Latin, 2015; e Carlos Augusto da Silveira Lobo, “Acordo de Acionistas”, in **Direito das Companhias**, Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira (org.), 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017. No que diz respeito à resolução dos acordos de acionistas, a quantidade de trabalhos é consideravelmente menor: v. Mauricio Moreira Mendonça de Menezes, “Resolução de Acordo de Acionistas com Base na Quebra da *Affectio Societatis*”, in **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro: Padma, v. 23, jul-set, 2005; Luiz Gastão Paes de Barros Leães, “Resolução de Acordo de Acionistas por Quebra de *Affectio Societatis*”, in **Temas de Direito Societário e Empresarial Contemporâneos – Liber Amicorum Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França**, Marcelo Vieira von Adamek (coord.), São Paulo: Malheiros, 2011, e “Acordo de Acionistas a Prazo Indeterminado”, in **Pareceres**, v. II, São Paulo: Singular, 2004; Judith Martins-Costa, “Responsabilidade Civil. Contratual. Lucros Cessantes. Resolução. Interesse Positivo e Interesse Negativo. Distinção entre Lucros Cessantes e Lucros Hipotéticos. Dever de Mitigar o Próprio Dano. Dano Moral e Pessoa Jurídica”, in **Temas Relevantes do Direito Civil Contemporâneo – Reflexões sobre os 10 anos do Código Civil**, Renan Lotufo, Giovanni Ettore Nanni, e Fernando Rodrigues Martins (coords), São Paulo: Atlas, 2012; e Nelson Eizirik, **A Lei.... No direito comparado**, cf. Antonio Pedrol, **La Anónima Actual y la Sindicación de Acciones**, Madrid: Revista de Derecho Privado, 1969; Giuseppe Santoni, **Patti Parasociali**, Napoli: Jovene, 1985; Luigi Farenza, **I Contratti Parasociali**, Milano: Giuffrè, 1987; e Pier Giusto Jaeger e Franco Bonelli, **Sindacati di Voto e Sindacati di Bloco**, Milano: Giuffrè, 1993.

Mas a leitura desses trabalhos revela que, em sua maioria, são eles pontuais, tratando de questões específicas, desprovidos da preocupação de organizar e de dar coesão à disciplina, e muito menos de aprofundar e trazer à lume os pontos ainda obscuros que envolvem a resilição e a resolução – não obstante a relevância da matéria para a prática do acordo de acionistas.

Portanto, é nesse ponto da dogmática jurídica que se pretende, de algum modo, ainda que modesto, contribuir com esta dissertação. A empreitada é inédita na literatura nacional, até onde se tem registro.

2. Delimitação do tema

O objeto deste trabalho limita-se ao estudo da resolução e da resilição por dois motivos. Primeiro, porque a resolução e a resilição são na realidade social, afora o inadimplemento, as causas mais frequentes de extinção do acordo de acionistas.

Segundo, porque a resolução e a resilição são as causas de extinção que suscitam mais controvérsias jurídicas no âmbito do acordo de acionistas – e também nos contratos de modo geral.

No que diz respeito à resolução dos contratos, ela se desdobra em várias espécies, classificadas segundo múltiplos critérios.¹¹ Tratar-se-á, aqui, de um tipo específico de resolução dos contratos, que é a resolução por inadimplemento do devedor, prevista nos artigos 474 e 475 do Código Civil.

O recorte analítico tem duas justificativas. Em primeiro lugar, uma análise de todas¹² as modalidades de resolução dos contratos, levando em conta a complexidade que

¹¹ É o que Vincenzo Roppo também observa no direito italiano: “Pur delimitato dai confini suoi propri, il meccanismo della risoluzione copre tuttavia un campo molto vasto, in cui si affollano una *pluralità di fattispecie risolutorie quanto mai eterogenee*: per cause, fondamento e disciplina” (**Il Contratto**, Milano: Giuffrè, 2001, p. 938).

¹² Além da resolução por inadimplemento culposo do devedor, o Código Civil disciplina as seguintes outras espécies de resolução dos contratos: (i) resolução por inadimplemento não imputável ao devedor, isto é, quando o cumprimento da obrigação se torna impossível em decorrência de evento alheio à conduta do devedor (art. 238); (ii) resolução por inadimplemento do credor (art. 234); e (iii) resolução por modificação

perpassa cada uma delas, ultrapassaria os razoáveis limites do presente estudo; cada uma mereceria, pois, um estudo à parte. A segunda justificativa se relaciona à prática dos acordos de acionistas, ou seja, ao fato de que a resolução por inadimplemento do devedor é a espécie de resolução mais recorrente na casuística.

Tal como a resolução, a resilição também se reparte em espécies, que são duas: a resilição unilateral, ou denúncia, e a resilição bilateral, ou distrato. As reflexões ora realizadas se darão sobre a denúncia, que é foco de inúmeras controvérsias envolvendo o acordo de acionistas. O distrato, por se operar através do consenso entre as partes, não enseja grandes desafios, e, portanto, será aqui analisado brevemente.

Esclarece-se que o presente trabalho não abordará a causa *normal* de extinção dos contratos, isto é, a execução ou adimplemento das obrigações. Tampouco aquelas que, tal qual a resilição e a resolução, fogem à normalidade da execução do acordo e o conduzem – direta ou indiretamente – à morte, como as *causas de extinção das obrigações* (pagamento em consignação, pagamento com sub-rogação, dação em pagamento, novação, compensação, confusão e remissão) ou as *causas de extinção do contrato* (nulidade, anulação e rescisão).¹³

Finalmente, um último esclarecimento preliminar para o desenvolvimento do trabalho se impõe: serão analisados somente os acordos de acionistas tipicamente definidos no art. 118 da Lei nº 6.404 de 1976 (“Lei das S/A”).

É desnecessário lembrar que a figura do acordo de acionistas não se esgota nos tipos previstos naquele dispositivo legal. Em realidade, existe uma infinidade¹⁴ de negócios

superveniente das circunstâncias, também designada de resolução por onerosidade excessiva (arts. 478 a 480).

¹³ A distinção entre essas diversas categorias de causas de extinção ora mencionadas será objeto de aprofundamento no Capítulo II.

¹⁴ A popularização não só dos acordos de acionistas, mas dos contratos parassociais em geral, deu-se em meio ao fenômeno da *contratualização* do direito societário: “A infinita possibilidade de criação de negócios jurídicos com base em cada vez mais diversas e especializadas operações econômicas passou a afetar cada vez mais o relacionamento entre os sócios e conduziu os agentes econômicos, pois, a estipular os mais variados ajustes sobre ele incidentes, no exercício de sua autonomia contratual, resultando em sofisticada engenharia negocial”. A contratualização do direito societário ocorre, assim, para “complementar e enriquecer a disciplina legal, tanto pela introdução de cláusulas estatutárias especificamente talhadas, como, especialmente, pela celebração de contratos que, no jargão internacional, são genericamente designados de

jurídicos que nascem no seio da relação societária, celebrados à margem do estatuto ou do contrato social, mas que com esses não se confundem. Todos fazem parte, tipificados ou não, da categoria dos chamados *contratos parassociais*, assim designados por influência da obra pioneira de Giorgio Oppo, *Contratti Parasociali*¹⁵.

A par da distinção ora feita, e tendo em vista que seria esforço hercúleo abordá-los todos sob a lupa da resilição e da resolução, este estudo dedicar-se-á ao acordo de acionistas típico, ou seja, àquele cujos objetos são expressamente referidos no art. 118 da Lei das S/A, os quais versam sobre compra e venda de ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto e poder de controle.

Também importa destacar que as reflexões ora empreendidas se voltam precipuamente à prática do acordo de *acionistas*, negócio, por definição, celebrado no âmbito da sociedade anônima (aberta ou fechada) e que tem na Lei das S/A sua fonte de regramento.

Sem embargo disso, acredita-se que a repercussão das proposições ora desenvolvidas poderão se estender um pouco além, capazes de ser aproveitadas também para o esclarecimento de questões envolvendo os acordos entre sócios de sociedade limitada regida supletivamente pela Lei das S/A, chamados, na praxe jurídica, de acordos de *quotistas*. De fato, por meio das reflexões a ser realizadas, percebe-se que a disciplina jurídica da extinção por resolução ou por resilição dos acordos de quotistas muito se assemelha à dispensada aos acordos de acionistas de sociedade anônima fechada com acentuado *intuitu personae*¹⁶, razão pela qual não se vislumbram motivos para, de plano, se descartar as proposições deste trabalho para os acordos de quotistas.¹⁷

‘shareholders’ agreements” (Mariana Conti Craveiro, **Contratos entre Sócios: Interpretação e Direito Societário**, São Paulo: Quartier Latin, 2013, p. 37 e 38).

¹⁵ Cf. Giorgio Oppo, **Contratti Parasociali**, Milano: Vilardi, 1942.

¹⁶ V. Renato Ventura Ribeiro, **Exclusão de Sócios nas Sociedades Anônimas**, São Paulo: Quartier Latin, 2005, p. 46 e ss.

¹⁷ Para um estudo envolvendo a validade e eficácia do acordo de quotistas, cf. Erick Corvo, “Acordo de Sócios de Sociedades Limitadas à Luz do Código Civil de 2002”, in **Temas de Direito Societário e Empresarial Contemporâneos – Liber Amicorum Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França**, Marcelo Vieira von Adamek (coord.), São Paulo: Malheiros, 2011.

3. Plano de estudo

A pesquisa será amparada em material bibliográfico, nacional e estrangeiro, e em consulta à jurisprudência e à lei brasileira.

No Capítulo I serão tecidas considerações gerais sobre o acordo de acionistas. Buscar-se-á definir sua natureza jurídica, examinar seus elementos e entender o seu funcionamento em meio ao contexto societário em que se insere. A investigação centrar-se-á no plano do direito societário, com enfoque nas características do acordo de acionistas que influenciam sua extinção pela rescisão e pela resolução. O objetivo deste Capítulo I é, portanto, firmar as bases gerais da disciplina do acordo de acionistas para, então, juntamente com o Capítulo II (que tratará da resolução e da rescisão dos contratos), problematizar as questões objeto do Capítulo III, ponto central do trabalho.

De maneira similar, no Capítulo II delinear-se-á um panorama geral dos institutos da resolução e da rescisão dos contratos. Procurar-se-á definir sua natureza jurídica e seu fundamento, bem como entender o seu funcionamento (requisitos, legitimidade, forma etc.) e efeitos. A investigação ocorrerá eminentemente no plano do direito civil, embora nela estará também presente a preocupação em direcionar o foco para as características geralmente associadas ao acordo de acionistas, capazes de influenciar a aplicação e a interpretação da rescisão e da resolução. O objetivo deste Capítulo II, desse modo, consiste em analisar a resolução e a rescisão dos contratos, e, juntamente com o que se assentou no Capítulo I, construir um entendimento sistemático que forneça subsídios teóricos para discussão das questões objeto do Capítulo III.

No Capítulo III, por fim, serão analisados problemas decorrentes do emprego da resolução e da rescisão no âmbito do acordo de acionistas, tendo por pano de fundo o regramento e a lógica que informam, na origem, cada um desses institutos. Serão, assim, discutidas e propostas possíveis respostas às controvérsias abordadas, servindo de fundamento as reflexões empreendidas nos capítulos anteriores.

Ao final serão formuladas considerações conclusivas, com vistas a sistematizar e concatenar as conclusões parciais feitas ao longo do trabalho.

CONCLUSÃO

A afirmação de que o acordo de acionistas é essencialmente um *contrato*, mas um contrato a que se aplicam as regras da teoria geral dos contratos e também as do direito societário, é uma premissa que deve ser tomada como ponto de partida para qualquer um que se proponha a estudar o instituto. Mas essa assertiva é tão necessária quanto insuficiente: dada a vagueza de termos em que é elaborada, dela pouco se consegue extrair além da constatação de que institutos do direito dos contratos não se aplicam ao acordo de acionistas da mesma forma que para os contratos comuns. A lógica própria do direito societário contrasta com a sistemática do direito civil e com isso causa modificações ao funcionamento desses institutos.

Daí a escolha do tema deste trabalho, que procurou examinar a extinção extraordinária do acordo de acionistas causada pela resolução por inadimplemento ou pela rescisão, principais causas de término da relação contratual.³⁹⁶

Para esse propósito, esta dissertação procurou se valer, de um lado, das lições desenvolvidas pelo direito societário quanto ao acordo de acionistas e, de outro, dos ensinamentos do direito dos contratos no que diz respeito à resolução e à rescisão para, em seguida, sistematizar as respostas aí obtidas e propor soluções e sugestões de respostas aos problemas decorrentes da peculiar extinção do acordo de acionistas. A empreitada provou-se útil e elucidativa: o aprofundamento das preocupações que existem no direito societário e no direito dos contratos jogou luz sobre diversos pontos obscuros que surgem da interação desses dois ramos do direito.

No Capítulo I, ao traçar um perfil geral do acordo de acionistas previsto no art. 118 da Lei das S/A, constatou-se que diversas de suas características influem no funcionamento da rescisão e da resolução. Dentre elas, destaca-se a natureza parassocial, que orienta o comportamento da resolução e da rescisão à luz dos princípios e dos fundamentos do direito societário e suscita preocupações sem paralelo no direito dos contratos, como (i) a

³⁹⁶ Outras causas prováveis de extinção do acordo de acionistas são o adimplemento, o fim do prazo estipulado, a morte de uma das partes e a anulação, sendo a resolução e a rescisão, no entanto, as mais instigantes do ponto de vista teórico e prático.

proibição da denúncia vazia de acordo celebrado por tempo indeterminado e (ii) a vedação ao uso da cláusula resolutiva expressa no acordo de acionistas. Revelou-se igualmente rica e produtiva a análise da plurilateralidade desse negócio jurídico, que possibilitou discutir uma nova frente de atuação da resolução, raramente discutida no campo dos contratos bilaterais: a resolução parcial subjetiva, isto é, a resolução do vínculo jurídico de um contratante, e os seus efeitos para o contrato (heterodesvinculação ou autodesvinculação).

Ainda naquele capítulo, questionou-se a ideia corrente na doutrina de que a natureza plurilateral é exclusiva do acordo de controle e do acordo de voto. Na prática societária tem sido cada vez mais comum observar a existência de acordos de compra e venda de ações ou de preferência que correspondem a autênticos contratos plurilaterais. Quer isso dizer que esses acordos reúnem traços típicos das relações plurilaterais (escopo comum, independência de vínculos jurídicos, estrutura aberta etc.) e atuam como verdadeiros *contratos-quadro*, dentro dos quais se desenvolvem negócios jurídicos unilaterais, bilaterais e plurilaterais. Em vista disso, demonstrou-se que a regra na realidade econômica é os acordos de acionistas serem plurilaterais, sendo poucos os casos em que os são contratos francamente unilaterais ou bilaterais.

No Capítulo II, o exame dos aspectos gerais da resolução permitiu apurar uma expansão no campo de atuação da resolução quando aplicada no acordo de acionistas. A resolução exige como pressuposto a quebra do *sinalagma* da prestação pelo inadimplemento. No campo dos contratos bilaterais e unilaterais, nem todas as obrigações descumpridas são capazes de gerar o direito de resolução, porque muitas carecem do elemento sinalagmático. Nesse sentido, identificou-se que a mesma preocupação está ausente no acordo de acionistas, pois ele exibe um sinalagma que, *mediato e indireto*, perpassa *todas* as obrigações. Ou seja, as partes são credoras e devedoras umas das outras, o que significa, em tese, que o inadimplemento de *qualquer* uma das obrigações é capaz de ensejar a resolução. Observou-se, também, que o *inadimplemento absoluto* – pressuposto fundamental do direito resolutivo – quando decorrente da *impossibilidade de prestar*, tem especial importância para a resolução do acordo de acionistas, já que o último goza de reforçada eficácia jurídica (autotutela e oponibilidade de efeitos perante terceiros). Nesse sentido, alertou-se para o risco de esvaziamento da resolução no âmbito do acordo de acionistas caso fosse exigida, para fins de configuração do inadimplemento absoluto, a

impossibilidade *objetiva* (não só o devedor não pode *prestar*, mas o credor não consegue *receber* a prestação por quaisquer meios à sua disposição, inclusive fazendo uso de medidas executivas). O credor, então, seria obrigado a esgotar todas as alternativas jurídicas ao seu alcance para obter a prestação inadimplida, antes de poder recorrer ao mecanismo resolutório. Embora se tenha verificado que tal posição não dispõe do abono da atual doutrina, que é majoritariamente filiada à impossibilidade *subjetiva* (apenas o devedor não pode prestar), tais reflexões preliminares foram importantes porque, com elas, se abriu caminho para, no Capítulo III, debater a questão da existência ou não de um *direito de escolha* do credor entre a resolução do acordo de acionistas e a execução específica da obrigação inadimplida.

Ainda no Capítulo II, avaliou-se a importância da resolução fundada no descumprimento de obrigações acessórias e deveres laterais (deveres de informação, de lealdade, de proteção, de cooperação etc.). Chamado de *adimplemento ruim*, esse ganha no âmbito do acordo de acionistas sua máxima expressão, pois o acordo é negócio em que a boa-fé reclama dos contratantes rigorosos padrões de comportamento, como a confiança e a lealdade. Nesse contexto, foi possível constatar que não necessariamente a resolução sofre limitações ao atuar no acordo de acionistas, como se afirma com frequência na doutrina. Na verdade, o horizonte de aplicação do remédio resolutivo, sob a perspectiva do inadimplemento ruim, pode ser até maior se comparado ao dos contratos comuns: a violação de um dever de conduta é mais grave no acordo de acionistas do que nos acordos comuns e pode mais facilmente constituir pressuposto para a resolução.

Prosseguindo com as reflexões do Capítulo II, com enfoque na rescisão unilateral, elucidou-se grave confusão conceitual presente na dogmática societária entre *denúncia cheia* e *cláusula resolutiva expressa*. Destacou-se a importância de diferenciar os institutos, uma vez que apresentam níveis de eficácia jurídica diversos. Por envolver evento que perturba gravemente a relação contratual (o inadimplemento), a resolução sofre um rigoroso controle de licitude pela ordem jurídica, dependendo sua eficácia do preenchimento de inúmeros critérios e pressupostos. Por outro lado, a denúncia cheia é fundada na ocorrência de um evento ordinário que não se traduz em inadimplemento. A última, assim, atrai um controle menor de legalidade: para sua eficácia basta que haja a

declaração de vontade do denunciante e ocorra o motivo justificador, geralmente de objetiva e simples verificação.

Ademais, revelou-se especialmente importante para as questões principais deste trabalho, desenvolvidas no Capítulo III, o aprofundamento do assunto dos limites estabelecidos pelo direito dos contratos para evitar abusos no exercício da rescisão unilateral, a saber: o aviso prévio e a suspensão da eficácia da denúncia. Com essas reflexões, foi possível deitar as bases teóricas para argumentar, no Capítulo III, a suficiência de tais remédios para contornar os problemas normalmente utilizados pela doutrina como argumentos para desautorizar a denúncia vazia *extrajudicial* do acordo de acionistas.

No Capítulo III, parte central desta dissertação, identificou-se na literatura jurídica moderna uma crescente preocupação com os rigores da teoria que defende a vedação *absoluta* do uso da denúncia vazia no acordo de acionistas, e constatou-se que, em seu lugar, tem-se difundido orientação mais moderada, contrária a um juízo de ilicitude taxativo e unívoco em relação à denúncia vazia. Nos trabalhos analisados conseguiu-se perceber um receio comum a todos eles com relação à aplicação de soluções generalizantes para o acordo de acionistas, negócio dinâmico e variado.

Nesse sentido, demonstrou-se que somente uma avaliação do caso concreto é capaz de atestar a licitude do exercício desse direito de denúncia. E para atingir tal propósito, propôs-se a realização de um esforço interpretativo do acordo de acionistas pautado pela boa-fé, pelos bons costumes e pelo fim econômico-social do acordo, a fim de investigar e determinar (i) a vontade comum das partes e sua legítima expectativa (*boa-fé interpretativa e integrativa*), (ii) a conformidade da conduta dos contratantes com o comportamento colaborativo que deles se espera (*boa-fé produtiva*) e (iii) o eventual abuso no exercício do direito de denúncia (*boa-fé corretiva*).

Partindo-se do mesmo raciocínio de evitar critérios absolutos na disciplina do acordo de acionistas, cogitou-se não ser possível afastar *a priori* a denúncia vazia do acordo de acionista submetido a condição ou a termo. Embora haja norma expressa desautorizando o referido raciocínio (*ex vi* §6º do art. 118 da Lei das S/A), comprovou-se a

existência de tangível risco de *eternização* da relação contratual, fato repudiado pelo direito e que não pode ser ignorado.

Nesse ponto, deu-se razão à corrente doutrinária que critica o tratamento parcial conferido pelo legislador ao enfrentar o problema da denúncia vazia do acordo de acionistas sujeito a condição ou a termo. Defendeu-se que seria preferível a fixação, conjuntamente com a proibição do §6º do art. 118 da Lei das S/A, de regra jurídica que estabelecesse um limite máximo de vigência desses pactos, como fizeram outros ordenamentos jurídicos. Tal medida certamente evitaria o risco de vinculação *ad aeternum*.

Ponderou-se, contudo, a inafastabilidade da regra do referido §6º, e se sugeriu a admissão da denúncia vazia somente em circunstâncias *extraordinárias*, quando evidente que o acordo de acionistas teve sua duração estendida por tempo além do *razoável*. Para determinar isso, alguns critérios foram fornecidos, como quando o acordo (i) não mais atende à legítima expectativa das partes, (ii) não mais desempenha sua função econômico-social ou (iii) conflita com outros princípios fundamentais do direito societário. Nessa avaliação, convém a realização pelo intérprete de uma investigação que leve em consideração os mesmos critérios analíticos mencionados para o problema da denúncia vazia do acordo celebrado por tempo indeterminado (interpretação pautada pela boa-fé, pelos bons costumes e pelo fim econômico-social do contrato).

Ainda sobre a rescisão unilateral, advertiu-se sobre os potenciais perigos decorrentes da confusão conceitual existente entre denúncia cheia e cláusula resolutiva expressa, o que poderia colocar em xeque a verdadeira aceitação da doutrina e da jurisprudência com relação à denúncia cheia do acordo de acionistas.

Demonstrou-se também ser possível a denúncia vazia realizada extrajudicialmente, ao se apurar que as preocupações que levam a doutrina a aceitar apenas a denúncia judicial (necessidade de análise prévia pelo juiz ou pelo magistrado para verificar eventuais arbitrariedades no exercício do direito de denúncia) poderiam ser satisfatoriamente contornadas com recurso às medidas já aplicadas para a denúncia dos contratos comuns: aviso prévio e suspensão da eficácia da rescisão (parágrafo único do art. 473 do Código Civil).

Com efeito, concluiu-se que a necessária segurança jurídica do acordo de acionistas estará igualmente preservada com o uso do aviso prévio – por aplicação analógica do direito de retirada de sociedade simples (art. 1.029 do Código Civil) –, uma vez que a denúncia somente poderá ser considerada eficaz após o decurso de certo prazo, de modo que (i) ela não poderá ser usada como expediente *imediato* a fim de frustrar as obrigações e a finalidade do acordo, e (ii) os eventuais contratantes discordantes poderão submeter o caso à apreciação do magistrado ou do árbitro, a quem caberá (a) suspender cautelarmente os efeitos dessa denúncia, (b) invalidar a denúncia se entender que estão ausentes elementos suficientes para autorizá-la, ou (c) até mesmo, com fundamento no parágrafo único do art. 473 do Código Civil, decidir pelo cabimento da denúncia, mas desde que assegurado um prazo razoável de vigência remanescente, visando a salvaguarda da legítima expectativa das partes. Nesse pontou, apontou-se uma vantagem da denúncia extrajudicial sobre a denúncia judicial: ao contrário dessa, a eficácia daquela não depende *necessariamente* de intervenção judicial, o que pode vir a se traduzir em maior eficiência econômica, porque capaz de evitar a movimentação, muitas vezes desnecessária, da máquina jurisdicional. Soma-se a isso, ainda, o fato de que a denúncia extrajudicial provoca um aumento nas chances de composição amigável do conflito, uma vez que as partes estarão mais dispostas a negociar sabendo dos riscos e das despesas envolvidos em um litígio judicial ou arbitral.

No que diz respeito à resolução do acordo de acionistas, foi possível concluir que inexistente *subsidiariedade* do direito de resolução em relação à execução específica da obrigação inadimplida: a orientação doutrinária e jurisprudencial é firme no sentido de que se trata de um *direito de opção* do contratante inocente. Sem embargo disso, constatou-se que referida discussão é, de certa forma, esvaziada de sentido no âmbito do acordo de acionistas, dado que o descumprimento de obrigação também implica a violação ao dever de cooperação do inadimplente. Em outras palavras, se o descumprimento for tamanho, de modo que inviabilize a realização do escopo comum do contrato, a resolução passa a ser possível com fundamento na quebra da *affectio societatis* – mesmo subsistindo a possibilidade de execução específica da obrigação inadimplida.

Constatou-se também ser pacífico que a cláusula resolutiva expressa do acordo de acionistas não é autorizada no direito brasileiro, pois a preservação da necessária segurança

jurídica dos acordos reclama que a comprovação do inadimplemento ocorra em juízo ou em sede arbitral. Notou-se, porém, que os fatos constitutivos de inadimplemento geralmente mencionados pela literatura societária envolvem eventos de difícil investigação, com alusão a conceitos indeterminados que encerram alto grau de subjetividade, tais como quebra de *affectio societatis*, desinteligência quanto à interpretação de cláusulas ou violação a deveres de comportamento.

Nesse cenário, cogitou-se que o apontado risco de abuso pelo titular do direito de resolução poderia ser afastado se (i) da interpretação do contrato restar evidente a concreta vontade das partes em ter atribuído ao inadimplemento efeitos extintivos *automáticos*, porque desnecessária a apreciação prévia pelo magistrado e porque ausente a possibilidade de cumprimento tardio da obrigação; e (ii) o inadimplemento estiver suficientemente descrito de modo que sua concreção ocorra com base em um evento de *fácil e material* constatação.

Por fim, ao se examinarem os efeitos da resolução parcial subjetiva do acordo, apurou-se que não há consenso acadêmico em torno da aplicação da heterodesvinculação ou da autodesvinculação, e que as lições são extremamente vagas no trato da matéria, não permitindo a extração de nenhum critério para diferenciar as vantagens e as desvantagens de cada uma dessas formas de resolução parcial. Diante disso, concluiu-se que, embora se trate de tema de alto valor para a prática societária, a literatura jurídica é surpreendentemente escassa, o que dificulta qualquer tentativa de ensaiar respostas ou sugestões aos problemas envolvendo o tema. É imperioso que sejam desenvolvidas, portanto, análises mais detidas sobre o assunto, tanto em doutrina quanto em jurisprudência.

Como reflexão final do que foi exposto ao longo deste trabalho, diga-se que a extinção do acordo de acionistas é tema tão complexo quanto vasto, de modo que mesmo no restrito campo da resolução e da resilição há ainda outros aspectos controversos. Foram abordados aqui os principais problemas presentes na casuística envolvendo o acordo de acionistas, com a convicção de que eles serão suficientes para demonstrar a necessidade de haver uma abordagem diversa da que vem sendo realizada até agora com relação ao tema.

Ao intérprete do direito societário impõe que não se prenda a raciocínios abstratos e genéricos ao analisar institutos importados de outro ramo do direito (como a resolução e a rescisão) para aplicação no âmbito do acordo de acionistas. Ao contrário, a prudência recomenda um exame crítico e refletido da realidade. Devem-se verificar as reais consequências jurídicas da aplicação desses institutos no campo do direito societário, para que assim se possa determinar qual sistemática legal será mais harmônica e coerente com a situação concreta e os interesses nela envolvidos. Até porque, como visto ao longo deste trabalho, por vezes não é necessário que o direito societário interfira na disciplina jurídica desses institutos: em muitos casos o próprio direito dos contratos já oferece respostas satisfatórias para solução dos problemas do acordo de acionistas no campo das relações societárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMEK, Marcelo Vieira von. “Anotações Sobre a Exclusão de Sócios por Falta Grave no Regime do Código Civil”. In: ADAMEK, Marcelo Vieira von (coord.). **Temas de Direito Societário e Empresarial Contemporâneos – *Liber Amicorum* Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França**. São Paulo: Malheiros, 2011.
- _____. “Exclusão de Acionistas em Sociedade Anônima Fechada”. In: VENANCIO FILHO, Alberto; LOBO, Carlos Augusto da Silveira; e ROSMAN, Luiz Alberto Colonna (org.). **Lei das S.A. em seus 40 anos**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- _____; e outro. ““*Affectio Societatis*”: Um Conceito Jurídico Superado no Moderno Direito Societário pelo Conceito de ‘Fim Social’”. In: **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Malheiros, nº 149 e 150, 2008.
- AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. **Extinção dos Contratos por Incumprimento do Devedor**. Rio de Janeiro: Aide, 1991.
- ALVARENGA, Maria Isabel de Almeida. “Impossibilidade de Resilição Unilateral de Acordo de Acionistas por Prazo Indeterminado – Comentário ao Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação Cível nº 211.924.1/4”. In: **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Malheiros, nº 108, outubro-dezembro, 1997.
- ÁLVAREZ VIGARAY, Rafael. **La Resolución de los Contratos Bilaterales por Incumplimiento**. Granada: Universidad de Granada, 1972.
- ALVES, Francisco Glauber Pessoa; e outros. In: ALVIM, Arruda; e ALVIM, Thereza (coords.). **Comentários ao Código Civil Brasileiro: Do Direito das Obrigações**. V. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- ALVIM, Agostinho. **Da Inexecução das Obrigações e suas Consequências**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1949.
- ANDRADE, Ronaldo Alves de; e outros. In: ALVIM, Arruda; e ALVIM, Thereza (coords.). **Comentários ao Código Civil Brasileiro: Do Direito das Obrigações**. V. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- ARAGÃO, Paulo Cezar. “A Disciplina do Acordo de Acionistas na Reforma da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 10.303, de 2001)”. In: LOBO, Jorge (coord.). **Reforma da Lei das Sociedades Anônimas: Inovações e Questões Controvertidas da Lei nº 10.303, de 31.10.2001**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

- ARENHART, Sérgio Cruz; e outros. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- ASCARELLI, Tullio. **Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1969.
- ASSIS, Araken de. **Resolução do Contrato por Inadimplemento**. 4ª ed., São Paulo: RT, 2004.
- _____.; e outros. In: ALVIM, Arruda; e ALVIM, Thereza (coords.). **Comentários ao Código Civil Brasileiro: Do Direito das Obrigações**. V. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio Jurídico: Existência, Validade e Eficácia**. 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 2002.
- _____. **Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BALASSIANO, Evelyn. “Acordo de Acionistas: Possibilidade de Resilição Unilateral e suas Restrições”. In: **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro: Padma, ano 8, vol. 30, abril a junho, 2007.
- BARBI FILHO, Celso. **Acordo de Acionistas**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- _____. “Acordo de Acionistas: Panorama Atual do Instituto no Direito Brasileiro e Propostas para a Reforma de sua Disciplina Legal”. In: **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Malheiros, nº 121, janeiro-março, 2001.
- BARRETO, Celso de Albuquerque. **Acordo de Acionistas**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- BERTOLDI, Marcelo Marco. **Acordo de Acionistas**. São Paulo: RT, 2006.
- BESSONE, Darcy. “Contrato – Formação – Obrigatoriedade – Oponibilidade a Terceiros – Liberdade de Contratar – Acordo de Acionistas – Eficácia – Posição da Companhia – Arquivamento – Sigilo – Prazo”. In: **Revista Forense**, Rio de Janeiro: Forense, v. 300, outubro-novembro-dezembro, 1987.
- _____. **Do Contrato: Teoria Geral**, 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 1997.
- BETTI, Emilio. **Teoria General del Negocio Jurídico**. 2ª ed., Madrid: Revista de Derecho Privado, 1959.
- BONELLI, Franco; e outro. **Sindacati di Voto e Sindacati di Bloco**. Milano: Giuffrè, 1993.

- BOULOS, Daniel M. “Breves Comentários ao Art. 473 do CC Brasileiro”. (coord.) In: ASSIS, Araken de...[et al.]. **Direito Civil e Processo: Estudos em Homenagem ao Professor Arruda Alvim**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- BULGARELLI, Waldirio. **Contratos Mercantis**. 11ª ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- BULHÕES PEDREIRA, José Luiz; e outro. “Acordo de Acionistas Sobre Exercício do Direito de Voto”. In: BULHÕES PEDREIRA, José Luiz; e LAMY FILHO, Alfredo. **A Lei das S.A.: Pressupostos, Elaboração, Aplicação**. V. II. 2ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- CALAMARI, John; PERILLO, Joseph M. **Contracts**. 6ª ed., St. Paul: Thomson Reuters, 2009.
- CARVALHOSA, Modesto. **Acordo de Acionistas**. São Paulo: Saraiva, 1983.
- _____. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas**. V. 2, São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. “Acordo de Acionistas”. In: **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Malheiros, nº 106, abril-junho, 1997.
- _____. **Acordo de Acionistas: Homenagem a Celso Barbi Filho**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- _____. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas**. V. 2. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011.
- COUTO E SILVA, Clóvis V. **A Obrigação como Processo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Novos Ensaio e Pareceres de Direito Empresarial**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- _____. **O Poder de Controle na Sociedade Anônima**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- _____. **Direito Empresarial: Estudos e Pareceres**. São Paulo: Saraiva, 1990.
- CORDEIRO, Antônio Menezes. **Direito das Sociedades**. Vol. I. 3ª ed., Coimbra: Almedina, 2011.
- CORVO, Erick. “Acordo de Sócios de Sociedades Limitadas à Luz do Código Civil de 2002”. In: ADAMEK, Marcelo Vieira von (coord.). **Temas de Direito Societário e Empresarial Contemporâneos – Liber Amicorum Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França**. São Paulo: Malheiros, 2011.

- COSTA, Carlos Celso Orcesi da. “Da Rescisão Imotivada de Acordo de Acionistas por Prazo Indeterminado”. In: **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Malheiros, nº 60, 1985.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida. **Direito das Obrigações**. 12ª ed., Coimbra: Almedina, 2016.
- CRAVEIRO, Mariana Conti. **Contratos entre Sócios: Interpretação e Direito Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2013.
- CUNHA, Caroline. “A Exclusão de Sócios (Em Particular nas Sociedades por Quotas)”. In: **Problemas do Direito das Sociedades** (IDET – Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho – obra coletiva). Almedina, 2008.
- EIZIRIK, Nelson. **A Lei das S/A Comentada**. Vol. II. 2ª ed., São Paulo: Quartier Latin, 2015.
- EISENBERG, Melvin Aron. “The Limits of Cognition and the Limits of Contract”. **47 Stan. L. Rev.** **211**, 1995.
- ENNECCERUS, Ludwig; e outros. **Tratado de Derecho Civil: Derecho de Obligaciones**. V. 1, t. I e II. Barcelona: Bosch, 1933.
- _____; e outros. **Tratado de Derecho Civil: Derecho de Obligaciones**. V. 2, t. II. Barcelona: Bosch, 1935.
- FARENGA, Luigi. **I Contratti Parasociali**. Milano: Giuffrè, 1987.
- FARNSWORTH, E. Allan. **Contracts**. 4ª ed., Nova Iorque: Aspen, 2004.
- FERNANDES, Wanderley. **Cláusulas de Exoneração e de Limitação de Responsabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- _____. “Jurisprudência e Risco: Três Casos Brasileiros”. In: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Fraga Iglecias; e RODRIGUES JR., Otavio Luiz (coords.). **Sociedade de Risco e Direito Privado – Desafios Normativos, Consumeristas e Ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013.
- FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Suspensão de Deliberações Sociais**. São Paulo: Saraiva, 1986.
- _____. “Alguns Problemas Referentes à Cessão de Quotas no Novo Código Civil”. In: **Revista do Advogado**. São Paulo, v. 71, 2003.
- _____. **Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio no Novo Código Civil**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2005.

- _____. “A Dissolução Parcial Inversa nas Sociedades Anônimas Fechadas”. In: **Revista da Associação dos Advogados de São Paulo**. São Paulo, v. 96, mar- 2008.
- _____; e outro. **Código Civil Comentado XI Direito de Empresa (artigos 887/926 e 966/1195)**. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 2008.
- FORGIONI, Paula. **Contrato de Distribuição**. 2ª ed., São Paulo: RT, 2008.
- _____. “Exclusão de Sócio Minoritário pelo Fim da *Affectio Societatis* Diante de Previsão Expressa no Contrato Social”. In: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; e ADAMEK, Marcelo Vieira von (coords.). **Temas de Direito Empresarial e Outros Estudos – Em Homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães**. São Paulo: Malheiros, 2014.
- _____. **Teoria Geral dos Contratos Empresariais**. 2ª ed., São Paulo: RT, 2007.
- FRADA, Manuel Carneiro da. “Acordos Parassociais ‘Omnilaterais’ – Um Novo Caso de ‘Desconsideração’ da Personalidade Jurídica?”. In: **Direito das Sociedades em Revista**. Coimbra: Almedina, ano 1, v. 2, outubro, 2009.
- FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; e outro. ““*Affectio Societatis*”: Um Conceito Jurídico Superado no Moderno Direito Societário pelo Conceito de ‘Fim Social’”. In: **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Malheiros, nº 149 e 150, 2008.
- GELMAN, Marina; e outro. “O Esvaziamento Crescente do Conselho de Administração como Efeito da Vinculação de seu Voto a Acordo de Acionistas no Brasil”. Prêmio IBGC Itaú Academia e Imprensa. 2012. Disponível em http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/1o_Colocado.pdf - acesso em 07.08.2017.
- GIORGI, Giorgio. **Teoria delle Obbligazioni nel Diritto Moderno Italiano**. Vol. IV. 7ª ed., Firenze: Casa Editrice Libreria “Fratelli Cammelli”, 1908.
- GOMES, Orlando. **Contratos**. 18ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- _____. **Obrigações**. 12ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de Empresa: Comentários aos Artigos 966 a 1.195 do Código Civil**. 5ª ed., São Paulo: RT, 2014.
- GORGA, Érica; e outro. “O Esvaziamento Crescente do Conselho de Administração como Efeito da Vinculação de seu Voto a Acordo de Acionistas no Brasil”. Prêmio IBGC Itaú Academia e Imprensa. 2012. Disponível em http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/1o_Colocado.pdf - acesso em 07.08.2017.

- GUERREIRO, José Alexandre Tavares. “Execução Específica do Acordo de Acionistas”. In: **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: RT, nº 41, 1981.
- _____; e outro. **Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro**. Vol. 1. São Paulo: Bushatsky, 1979.
- HOUAISS, Antônio; e outro. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAEGER, Pier Giusto; e outro. **Sindacati di Voto e Sindacati di Bloco**. Milano: Giuffrè, 1993.
- KIPP, Theodor; e outros. **Tratado de Derecho Civil: Derecho de Obligaciones**. V. 1, t. I e II. Barcelona: Bosch, 1933.
- _____; e outros. **Tratado de Derecho Civil: Derecho de Obligaciones**. V. 2, t. II. Barcelona: Bosch, 1935.
- LAMY FILHO, Alfredo; e outro. **A Lei das S.A.: Pressupostos, Elaboração, Aplicação**. Vol. II. 2ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. **Comentários à Lei das Sociedades Anônimas**. 2º v. São Paulo: Saraiva, 1978.
- _____. “Pactos Parassociais”. In: **Revista dos Tribunais**, 1985, v. 601.
- _____. “Acordo de Acionistas. O Arquivamento e a Averbação. Oponibilidade a Terceiros e Regime de Publicidade”. In: **Estudos e Pareceres sobre as Sociedades Anônimas**. São Paulo: RT, 1989.
- _____. “Acordo de Acionistas a Prazo Indeterminado”. In: **Pareceres**, v. II, São Paulo: Singular, 2004.
- _____. “Resolução de Acordo de Acionistas por Quebra de *Affectio Societatis*”. In: ADAMEK, Marcelo Vieira von (coord.). **Temas de Direito Societário e Empresarial Contemporâneos – Liber Amicorum Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França**. São Paulo: Malheiros, 2011.
- LOBO, Carlos Augusto da Silveira. “Acordo de Acionistas”. In: BULHÕES PEDREIRA, José Luiz; e LAMY FILHO, Alfredo (org.). **Direito das Companhias**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- LUCENA, José Waldecy. **Das Sociedades Anônimas – Comentários à Lei**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

- MACEDO JR., Ronaldo Porto. **Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor**. 2ª ed., São Paulo: RT, 2007.
- MARINO, Paulo de Crescenzo. **Contratos Coligados no Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARINONI, Luiz Guilherme; e outros. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- MARTINS-COSTA, Judith. “Os Campos Normativos da Boa-Fé Objetiva: As Três Perspectivas do Direito Privado Brasileiro”. In: AZEVEDO, Antonio Junqueira de; TÔRRES, Heleno Taveira; e CARBONE, Paolo (coords.). **Princípios do Novo Código Civil Brasileiro e Outros Temas – Homenagem a Tullio Ascarelli**. 2ª ed., São Paulo: Quartier Latin, 2010.
- _____. “Responsabilidade Civil. Contratual. Lucros Cessantes. Resolução. Interesse Positivo e Interesse Negativo. Distinção entre Lucros Cessantes e Lucros Hipotéticos. Dever de Mitigar o Próprio Dano. Dano Moral e Pessoa Jurídica”. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; e MARTINS, Fernando Rodrigues (coords.). **Temas Relevantes do Direito Civil Contemporâneo – Reflexões sobre os 10 anos do Código Civil**. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARTINS-COSTA, Mariana. “Reflexões sobre o Regime Jurídico do Acordo de Acionistas e seus Mecanismos de Cumprimento Forçado”. In: YARSHELL, Flávio Luiz; e PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coords.). **Processo Societário II**. São Paulo: Quartier Latin, 2015.
- MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do Fato Jurídico – Plano da Eficácia**. 1ª parte. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.
- MENEZES, Mauricio Moreira Mendonça de. “Resolução de Acordo de Acionistas com Base na Quebra da *Affectio Societatis*”. In: **Revista Trimestral de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Padma, v. 23, jul-set, 2005.
- MESSINEO, Francesco. **Dottrina Generale del Contratto**. 3ª ed., Milano: Giuffrè, 1952.
- _____. **Manual de Derecho Civil y Comercial**. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1971.
- MITIDIERO, Daniel; e outros. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- MORAES, Walter. **Sociedade Civil Estrita**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

- MOSCO, Luigi. **La Risoluzione del Contratto per Inadempimento**. Nápoles: Jovene, 1950.
- MOUZALAS, Rinaldo. In: ALVIM, Teresa Arruda...[et. al.] (coords.). **Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- NUNES, A. J. Avelãs. **O Direito de Exclusão de Sócios nas Sociedades Comerciais**. São Paulo: Cultural Paulista, 2001.
- OPPO, Giorgio. **Contratti Parasociali**. Milano: Villardi, 1942.
- ORCESI DA COSTA, Carlos Celso. “Da Rescisão Imotivada de Acordo de Acionistas por Prazo Indeterminado”. In: **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Malheiros, nº 60, 1985.
- PEDROL, Antonio. **La Anónima Actual y la Sindicación de Acciones**. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1969.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 3º v. (Contratos). 16ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- _____. **Instituições de Direito Civil**. 1º v. (Introdução ao Direito Civil e Teoria Geral de Direito Civil). 23ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**. T. XXV. 3ª ed, Rio de Janeiro: Borsoi, 1971.
- _____. **Tratado de Direito Privado**. T. L. 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.
- ROPPO, Vincenzo. **Il Contratto**. Milano: Giuffrè, 2001.
- _____. **O Contrato**. Coimbra: Almedina, 2009.
- RIBEIRO, Renato Ventura. **Exclusão de Sócios nas Sociedades Anônimas**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- SALOMÃO FILHO, Calixto. **O Novo Direito Societário**. 3ª ed., São Paulo: Malheiros, 2006.
- SANTOS, José Manuel de Carvalho. **Código Civil Brasileiro Interpretado**. Vol. XV. 11ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.
- SANTONI, Giuseppe. **Patti Parasociali**. Napoli: Jovene, 1985.
- SZTAJN, Rachel. “Acordo de Acionistas”. In: SADDI, Jairo (org.). **Fusões e Aquisições: Aspectos Jurídicos e Econômicos**. São Paulo: IOB, 2002.

- _____; e outro. **Código Civil Comentado XI Direito de Empresa (artigos 887/926 e 966/1195)**. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. In: REALE, Miguel; e MARTINS-COSTA, Judith (orgs.). **Inadimplemento das Obrigações – Coleção Biblioteca de Direito Civil: Estudos em Homenagem ao Professor Miguel Reale**. V. 7. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- SILVA, Thiago José da. **Limites à Vinculação de Administradores a Acordo de Acionistas** (Tese). São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014.
- SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de. “Breves Notas sobre o Estado de Liquidação da Sociedade”. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; e ARAGÃO, Leandro Santos de (coords.). **Direito Societário – Desafios Atuais**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- _____. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; e PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes (coords.). **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência – Lei 11.101/2005**. 2ª ed., São Paulo: RT, 2007.
- TOMASETTI JUNIOR, Alcides. **Execução do Contrato Preliminar** (Tese). São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1982.
- TEIXEIRA, Egberto Lacerda; e outro. **Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro**. Vol. 1. São Paulo: Bushatsky, 1979.
- TELLES, Inocêncio Galvão. **Manual dos Contratos em Geral**. 3ª ed., Lisboa: Coimbra Ed., 1964.
- TUHR, Andreas von. **Tratado de las Obligaciones**. T. II. Madrid: Reus, 1934.
- VARELA, João de Matos Antunes. **Das Obrigações em Geral**. Vol. I. 2ª ed., Coimbra: Almedina, 1973.
- _____. **Das Obrigações em Geral**. Vol. II. 7ª ed., Coimbra: Almedina, 1997.
- VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos**. Vol. 2. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2009.
- VERGUEIRO, Carlos Eduardo. **Acordo de Acionistas e a Governança das Companhias**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.
- VILLAR, Mauro de Salles; e outro. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

- WALD, Arnoldo. “Do Descabimento de Denúncia Unilateral de Pacto Parassocial que Estrutura o Grupo Societário”. In: **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: RT, nº 81, janeiro-março, 1991.
- WOLFF, Martín; e outros. **Tratado de Derecho Civil: Derecho de Obligaciones**. V. 1, t. I e II. Barcelona: Bosch, 1933.
- _____; e outros. **Tratado de Derecho Civil: Derecho de Obligaciones**. V. 2, t. II. Barcelona: Bosch, 1935.
- YAZBEK, Otávio. **Regulação do Mercado Financeiro e de Capitais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- _____. “A Vinculação dos Administradores das Sociedades aos Acordos de Acionistas – Exercício de Interpretação do §8º do Art. 118 da Lei n. 6.404/1976”. In: **Revista de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários**. São Paulo: Almedina, nº 1, 2015.
- ZANETTI, Cristiano de Sousa. “A Cláusula Resolutiva Expressa na Lei e nos Tribunais: O Caso do Termo de Ocupação”. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; e MARTINS, Fernando Rodrigues (coords.). **Temas Relevantes do Direito Civil Contemporâneo – Reflexões sobre os 10 anos do Código Civil**. São Paulo: Atlas, 2012.